



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial de Florestas Plantadas				
Título:	Reunião Ordinária N. 24				
Local:	Sala de Reuniões do CNPA. Térreo do Ed. Sede do MAPA, Brasília/DF				
Data da reunião:	31/07/2014	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:30

Pauta da Reunião

14:00h - Abertura da Reunião

14:10h - Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara

- Calendário de reuniões 2014

- Inclusão de novas entidades na composição da Câmara (FNBF e AREFLORESTA)

- Informativo ASPAR

14:30h - Informes sobre o andamento das tratativas relativas a efetivação da incorporação da Política Nacional das Florestas Plantadas no âmbito do MAPA - SPA/MAPA

14:45h - Apresentação da proposta de nova Agenda Estratégica - GT Agenda Estratégica

15:30h - Apresentação do status das pesquisas com eucalipto geneticamente modificados que estão sendo conduzidas no Brasil – AGROBIO /Eliane Kay

16:00h – Tratativas relacionadas a Registro de Defensivos Agrícolas – IBÁ

16:15h - Assuntos Gerais

16:30h - Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	Luiz Calvo Ramires Junior	REFLORE	PR	
2	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO		PR	
3	LEANDRO PIRES BEZERRA DE LIMA	CGAC/SE/MAPA	PR	
4	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO	CGAC/SE/MAPA	PR	
5	MAYRA FIGUEIREDO MARQUES	CGAC/SE/MAPA	PR	
6	Wilson Galvão Andrade	ABAF	PR	
7	Luiz Augusto Alves	AGEFLOR	PR	
8	Eliane H. Kay	AGROBIO	PR	
9	Antonio Tarcizo de Andrade e Silva	AMS	PR	
10	João Alexandre Galon	ANDEF	PR	
11	Camila Soares Braga	CNA	PR	
12	Marcilio Caron Neto	IBÁ	PR	
13	RITA DE CASSIA MILAGRES TEIXEIRA VIEIRA	MDIC	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

14	Paulo Felipe Alencar de Oliveira	MDIC	PR
15	SIDNEY ALMEIDA FILGUEIRA DE MEDEIROS	SDC/MAPA	PR
16	Eugene Cardoso Chouene	SEAPA/RS	PR
17	HERACLIDES DOS SANTOS	SEAPA/RS	PR
18	Ismael Eleotério Pires	SIF	PR
19	Márcio Henrique Cordellini	SINDIVEG	PR
20	JOAO ANTONIO FAGUNDES SALOMAO	SPA/MAPA	PR
21	GUSTAVO HENRIQUE MARQUIM FIRMO DE ARAUJO	SPA/MAPA	PR
22	JOAO DA SILVA ABREU NETO	SPAE/MAPA	PR
23	RICARDO EDSON MERINO	ABRAISCA	PR
24	Fernando Castanheira Neto	SAE/PR	PR
25	Natalia Pigato Canova	IBA	CO
26	Sergio Borenstain	ABAF	CO
27	João Cancio	ABPMF	CO
28	Clair Barivieira	AREFLORESTA	CO
29	Carlos Pinto	ASPAR/MAPA	CO
30	Dorotea da Costa Souza	BB	CO
31	Maria Angela de Camargo	IBA	CO
32	Moacir Reis	REFLORE	CO
33	Edson. J. leite	SDC/MAPA	CO
34	Jackson F.B de São José	SEAPA/RS	CO

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
Desenvolvimento	
<p>Abertura: a 24ª reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Florestas Plantadas foi aberta, pelo Presidente da Câmara Luiz Calvo Ramires, às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia 31/07/2014, na Sala de reuniões do CNPA/MAPA em Brasília/DF. O Presidente inicialmente agradeceu a presença de todos os presentes em mais uma reunião do ano.</p> <p>Avisos de Informes da Presidência e Secretaria da Câmara: ato contínuo, foi passada a palavra ao Sr. Francisco Facundo representante da Coordenação das Câmaras, que cumprimentou a todos e apresentou a proposta de calendário da última reunião do ano de 2014, que ficou assim definido: - 24ª Reunião: Dia 30 de setembro (Terça - Feira), em Brasília/DF.</p> <p>INCLUSÃO DE NOVAS ENTIDADES: O Secretário da Câmara, Sr. Francisco Facundo, apresentou a solicitação das duas entidades abaixo para compor à Câmara: - FBNF (Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal), trata-se de reingresso; - AREFLORESTAS (Associação de Reflorestadores de Mato Grosso). As duas entidades foram aprovadas por unanimidade, na condição de Convidado Especial. O Sr. Luiz Calvo, ressaltou a importância da participação das entidades, por terem atuação na base florestal e por poder ajudar a desenvolver os trabalhos em prol do fortalecimento do setor.</p> <p>ENCAMINHAMENTO: solicitar às entidades, ora aprovadas, que indiquem seus representantes para compor a Câmara, na condição de Convidado Especial.</p> <p>INFORMES ASPAR:</p>	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

O Sr. Facundo comentou sobre o **trabalho da Assessoria Parlamentar – ASPAR**, uma parceria com a Coordenação das Câmaras Setoriais e Temáticas, na qual a ASPAR levanta os Projetos em tramitação no Congresso Nacional relacionados aos diversos segmentos e apresenta nas câmaras correspondentes. Passou a palavra ao representante da ASPAR, Carlos Pinto, que mostrou um resumo do Acompanhamento de Projetos de Lei da Câmara e Senado, atualizado em 23/07/2014 para o setor de Florestas Plantadas. Falou que o trabalho tem o intuito de apresentar aos interessados, informações dos projetos de lei que interferem no setor e que estão tramitando no congresso. Concluiu se colocando à disposição para maiores esclarecimentos e ações que o setor julgar necessárias e informando que todos os Projetos de lei aqui apresentados ficarão disponíveis no site da Câmara, no seguinte link: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

O Presidente agradeceu e enalteceu o trabalho, porém observou que alguns dos projetos de lei apresentados não se referem a florestas plantadas e sim a florestas nativas. Ressalta que é interessante trabalhar apenas com projetos pertinentes às florestas plantadas.

Informes sobre o andamento das tratativas relativas a efetivação da incorporação da Política Nacional das Florestas Plantadas no âmbito do MAPA - SPA/MAPA:

O representante da SPA/MAPA, Sr. João Salomão Fagundes, lembrou do anúncio do Ministro Neri Geller, na 10ª Reunião Extraordinária da Câmara, em junho, quando noticiou a efetivação da incorporação da Política Nacional de Florestas Plantadas, pelo Ministério da Agricultura, no âmbito do Plano Agrícola e Pecuária. Observou que esta ação se originou por iniciativa da SAE/PR (Secretaria de Assuntos Estratégicos), que coordenou um grupo para aprimoramento das políticas florestais, e foi elaborada uma proposta a nível institucional que ganhou força e oportunidade para discussão no Plano Agrícola e Pecuário. Em face disto, há necessidade de formalizar a transferência da gestão florestal para o Ministério da Agricultura, por meio de um marco legal, acrescentando que foi encaminhada, à Casa Civil, proposta de ajuste na legislação, que por entendimento da área jurídica do MAPA, deve tratar somente à questão das competências dos Ministérios. Salomão concluiu ressaltando a importância de transformar essa política em uma lei e solicitando o envolvimento do setor junto a Casa Civil, para agilização dos tramites da legislação pretendida, observando que a Câmara é o foro adequado para promover esta ação.

O Presidente da Câmara informou que na última reunião da Diretoria da IBÁ, houve a determinação de que o IBÁ faça um documento em nome do setor, para encaminhamento a Casa Civil reforçando a questão da implementação da política no MAPA.

O representante da SAE/PR, Sr. Fernando Castanheira, complementou dizendo que seria interessante cumprir um capítulo introdutório na Agenda Estratégica do setor, com espaço para cada entidade participativa da Câmara, apresentar suas realidades e perspectivas para que o Ministério da Agricultura tenha uma visão mais ampla a nível local. É interessante aproveitar que o IBÁ está prestes a lançar os dados estatísticos do setor florestal, para destacar a referência de dados existentes do País de acordo com anuários estatísticos, que vem mudando o cenário ao longo do tempo.

O Secretário da Câmara, lembrando a solicitação do Salomão, sugeriu e foi aceito, que com base no documento da IBÁ, mencionado pelo Presidente, as demais entidades da Câmara, enviem manifestação à Casa Civil, solicitando a agilização da edição da legislação de transferência da gestão florestal para o Ministério da Agricultura.

ENCAMINHAMENTO: enviar o documento da IBÁ aos membros da câmara, para servir de base à manifestação à Casa Civil, solicitando a agilização da edição da legislação de transferência da gestão florestal para o Ministério da Agricultura. Responsáveis: representante da IBÁ encaminha a Secretaria da Câmara, que repassa a todos os membros.

Apresentação da proposta de nova Agenda Estratégica - GT Agenda Estratégica:

A representante da CNA e coordenadora do GT, Sra. Camila Braga, lembrou que na última reunião ordinária foi formado um grupo de trabalho para atualizar a Agenda Estratégica da câmara, aproveitando este importante momento de transferência da gestão das políticas de Florestas Plantadas para o Ministério da Agricultura. Ressaltou que o GT foi formado pelo IBÁ, CNA, INMETRO, MAPA, SAE/PR e Movimento de Defesa da Advocacia, com o propósito de elaborar uma versão preliminar da Agenda Estratégica e trazer para discussão e aprovação da plenária. Destacou que a prévia da agenda foi entregue aos ministros da



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Agricultura e da SAE/PR, bem como para os presidentes das Frentes Parlamentares da Agropecuária e da Silvicultura por ocasião da reunião extraordinária da câmara realizada dia 10 de julho. Na sequência fez uma breve explicação sobre a metodologia aplicada nos trabalhos realizados pelo GT, salientando que o objetivo neste momento é colher contribuições para aprimoramento da Agenda, se possível, aprovação do conteúdo e indicação das ações de execução, compreendendo a indicação dos itens prioritários, um coordenador responsável por cada tema, tempo previsto para execução e finalmente, sugeriu que se formasse um grupo de trabalho específico para cada ação da agenda.

O Presidente agradeceu aos integrantes do GT pelo excelente trabalho, sugerindo que, para ganhar tempo, o documento fosse enviado, via email, para todos os membros, com prazo para manifestações e que na próxima reunião se apresente as propostas recebidas e conclua o trabalho, bem como a indicação dos novos grupos propostos pela Camila.

O representante da SAE/PR, Fernando Castanheira, aproveitou para sugerir que cada membro também enviasse um texto de referência com uma pequena caracterização do segmento que representa e quais os principais desafios a serem enfrentados atualmente, a fim de contribuir com o GT na montagem do texto introdutório da Agenda Estratégica.

Concluindo este item, restaram os seguintes encaminhamentos:

ENCAMINHAMENTO: encaminhar, aos membros da câmara, a versão preliminar da Agenda Estratégica (A.E.), para apreciação e envio de contribuições ao GT responsável, no prazo de 15 dias. As manifestações deverão compreender:

- 1) contribuições para aprimoramento da Agenda Estratégica;
- 2) indicação da ordem de prioridade de cada tema;
- 3) indicação de qual tema ou grupo gostaria de participar, visando a execução da A.E.;
- 4) texto de referência com uma pequena caracterização do segmento que representa e quais os principais desafios a serem enfrentados atualmente, a fim de contribuir com o GT na montagem do texto introdutório da Agenda Estratégica.

Apresentação do status das pesquisas com eucalipto geneticamente modificados que estão sendo conduzidas no Brasil – AGROBIO /Eliane Kay

A representante da AGROBIO, Sra. Eliane Kay, iniciou a apresentação falando sobre a regulamentação e deliberação dos estudos recentemente feitos no Brasil, sobre árvores geneticamente modificadas, focadas em eucalipto. Comentou que a Lei de Biossegurança, aprovada em 2005, teve pouca previsibilidade no sistema regulatório pela existência de restrição ao consumo e conseqüentemente fazia com que as empresas se sentissem reticentes em investir no Brasil, em pesquisas com organismos geneticamente modificados. Motivo de existir um passivo judicial grande que permanece até hoje tramitando nas diversas esferas do judiciário, nos Supremos Tribunais, nos TRFs e nas próprias varas estaduais. Informou que a AGROBIO foi fundada em 2007, por 6 empresas, com o foco de trabalho nas questões regulatórias e nas questões legais. Na medida em que as pesquisas foram evoluindo em outros setores, ganharam mais outros associados, no sentido de evoluir pesquisas dos produtos geneticamente modificados no Brasil. Em 2014, o quadro da Lei de Biossegurança tornou-se uma referência internacional, com uma previsibilidade relativa e atingiu uma assincronia de aprovações de 41 produtos (plantas e microrganismos). A estrutura regulatória de acordo com a lei 1105/2005 estabelece que qualquer instituição, sejam universidades ou empresas que queiram trabalhar com organismos geneticamente modificados crie uma comissão interna de biosegurança. Essa comissão interna, passa a ser um ponto focal da instituição com o governo nas atividades relacionadas a organismos geneticamente modificados e de acordo com a regulamentação é obrigatório obter um CQB (Certificado de Qualidade em Biossegurança). Todas as atividades são submetidas e aprovadas pela CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), para garantir a segurança da alimentação humana, animal e ao meio ambiente, visando o interesse nacional em aspectos sócio econômicos. Existe uma Comissão formada na CFMBIO com representação do Ministério da Agricultura, com um especialista em biotecnologia indicado pelo órgão para processos de pesquisa. A lista de produtos para biossegurança aprovados nas pesquisas, consta no site do CTNBIO, e recentemente uma novidade aprovada foi o mosquito geneticamente modificado para combate da dengue. Ainda estão aguardando o registro desse



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

produto junto a ANVISA, que é o órgão responsável por essa área. Pode-se afirmar que após esse Marco regulatório, as empresas passaram a investir no Brasil e o número de pesquisas aprovadas aumentou gradativamente. Atualmente os trabalhos de pesquisas estão divididos por características de acordo com a liberação do meio ambiente voltadas para crescimento, qualidade da madeira, plantas voluntárias e tolerância a estresse hídrico. Alguns desses processos estão mais avançados atingindo a liberação comercial. Para o processo de pesquisa, a CFBIO, além de ouvir os Ministérios, passará a contar também com a participação de especialistas da área de segurança relacionados a organismos geneticamente modificados. Eliane Kay concluiu informando que na próxima semana será publicado Edital sobre a realização de uma Audiência Pública no dia 04 de setembro, no auditório do CNPQ, sobre eucalipto GM, com o intuito de expor os produtos autorizados no dossiê e abertos para debates. Os membros responsáveis na CFMBIO irão subsidiar os relatórios, com parecer, para posterior encaminhamento ao plenário. Esse processo é bastante criterioso, com estudos complexos, o que confere avanço de segurança jurídica às empresas que querem investir. Detalhes da apresentação estão disponíveis no site do MAPA, no seguinte link: (<http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>)

ENCAMINHAMENTO 1: a Eliane Kay enviará cópia do Edital assim que publicado, para ser encaminhado aos membros da câmara. Responsável: Secretário da câmara.

ENCAMINHAMENTO 2: encaminhar, ao Ministro da Agricultura, a designação de representante do MAPA para participação ativa na Audiência Pública convocada pela CTNBio, para discussão do pedido de liberação comercial de eucalipto geneticamente modificado, bem como apoio ao processo de inovação para o setor de florestas plantadas. Responsáveis: Eliane Kay, pela elaboração do documento e Secretário da câmara, pelo encaminhamento.

Tratativas relacionadas a Registro de Defensivos Agrícolas - IBÁ:

O Presidente introduziu o tema e solicitou ao representante da ANDEF, Sr. João Galon, que apresentasse a proposta defendida pela ANDEF sobre o assunto. Galon apresentou dados, compreendendo o período de 2010 a 2012, por estado, relativos à área plantada, espécies cultivadas, destinação das mesmas, evolução das exportações brasileiras, estimativa do valor percentual de tributos arrecadados pelos segmentos associados às florestas plantadas, no ano de 2012, geração de empregos, projeção da perspectiva de potencial de duplicação da base florestal de 7 para 14 milhões de há, num período comparativo de 2010 com 2020, com destaque no crescimento de 3 produtos: papel 10 para 13 milhões de toneladas; celulose 14 para 22 milhões de toneladas e painéis de 6,5 para 10 milhões de M3. Apresentou informações sobre a evolução da produtividade média, utilização de melhoramento genético e uso de novas tecnologias na silvicultura, a importância da certificação para garantir a origem dos produtos, a sustentabilidade e as boas práticas. Informou sobre um projeto em andamento, na tentativa de definir o eucalipto como cultura representativa para o setor de Florestas Plantadas, a fim de atender melhor os procedimentos de registros dos produtos. Boa parte do setor não possui suporte fitossanitário e acarreta impacto socioeconômico negativo, em função do não atendimento das demandas. Pode-se afirmar que florestas é a cultura que tem um índice maior de produtos registrados, porém ainda existe parte dos 2 milhões de hectares de Florestas Plantadas em termos de extrato culturais sem registro. Vale considerar que o setor de florestas plantadas evoluiu bastante em questões de exportações brasileiras de produtos e em questão de tributos arrecadados pelos segmentos associados, mas existe uma carência de produtos, até mesmo para a cultura do eucalipto. Atualmente, faltam produtos registrados para o controle de pragas exóticas recentemente introduzidas no País. Em nossas florestas plantadas foram introduzidas novos insetos pragas que estão causando sérios danos, entre eles destacamos: Psilidio de concha - *Glycaspis brimblecombe*; Percevejo bronzeado - *Thaumastocoris peregrinus* e Vespa da galha do eucalipto - *Leptocybe invasa*. Galon concluiu afirmando que para atender melhor os segmentos e as demandas, há uma necessidade de ampliar a área florestal e desenvolver novas tecnologias na parte de proteção florestal. As Indústrias Florestais são certificadas e precisam seguir a regulamentação nacional, por isto necessitam de agrotóxicos registrados. Esse procedimento garante a origem dos produtos, a sustentabilidade das boas práticas do setor. Apresentou um quadro de produtos registrados, alguns com moléculas antigas que a eficiência não é boa, e há necessidade de registro de novos produtos. Também mostrou uma relação das pragas atuais, para cada cultura, os produtos registrados e quais pragas eles controlam. Uma parte dos registrados para eucalipto podem ajudar no controle de pragas de outras culturas, pois tendo a cultura representativa com ingredientes ativos



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

registrados e quais doenças eles poderiam contribuir, o registro para uma cultura de maior expressão econômica poderá atender as demais culturas. Concluiu dizendo que a ideia foi relacionar o que se tem hoje em termos de possibilidade e trazer aqui, para que se possa discutir e transformar numa alternativa para que se consiga ter registros mais rápidos e produtos mais adequados para as florestas plantadas. Detalhes da apresentação estão disponíveis no site do MAPA, no seguinte [link: \(http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas\)](http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas)

O Presidente retomando a palavra agradeceu ao Galon, informando que, por intermédio e com a participação do Secretário da Câmara, Francisco Facundo, foi realizada uma reunião entre representantes do IBÁ e o Coordenador-Geral de Agrotóxicos do MAPA, Júlio Britto. Posteriormente Britto esteve uma reunião na IBÁ, para continuar as tratativas sobre o tema, salientando que em decorrência dessas tratativas, entendeu-se que há possibilidade de agilização de registros de produtos, já que a cultura dispensa a exigência estudos de resíduos, por não se tratar de cultura comestível. Informou que em virtude desses encontros, a Diretoria do IBÁ decidiu constituir um Grupo de Trabalho, formado por especialistas das empresas, para auxiliar no processo registro de produtos que podem ajudar no combate das pragas que estão atingindo o setor florestal. E o IBÁ a fim de acelerar o processo de combate, agendou uma nova reunião do referido GT com o Ministério do Meio Ambiente, para discutir sobre a possibilidade de agilização de produtos que possam combater questões emergências.

O representante da AGEFLOR, Luiz Augusto Alves, se dispôs a ajudar e comunicou que está tentando juntamente com a SEAPA/RS, por meio de uma ação judicial, controlar algumas pragas que estão ameaçando a produtividade no Rio Grande do Sul.

CONCLUSÃO: o Presidente afirmou que as tratativas sobre registros de produtos defensivos passarão a ser feitas no âmbito do GT constituído pelo IBÁ, que se reportará a este colegiado.

Assuntos Gerais:

- Dificuldades que a Floresta Amazônica enfrenta para plantio de Florestas Nativas:

O Presidente solicitou apoio da Câmara Setorial para ajudar na busca de solução dos problemas relacionados à legislação ambiental, que a Floresta Amazônica têm enfrentado referentes à plantação de florestas nativas. Ressaltou que, em seu entendimento, essa questão deve ser tratada em nível estadual, pois as regras ambientais são estabelecidas por cada estado, porém é importante que o setor reúna esforços para ajuda os colegas da Amazônia.

O representante da SAE/PR, Sr. Fernando Castanheira, informou que a questão nativa, envolve o Ministério do Meio Ambiente e que foi acordado recentemente com alguns responsáveis da área em fazer uma liberação prévia para igualar plantio florestal com nativas, a exceção somente das espécies araucárias. Falta determinar essa legislação específica, e é preciso agendar uma reunião novamente com os responsáveis para discutir esse assunto, no âmbito da agenda de política de florestas plantadas.

O representante da AMS, Sr. Antonio Tarcízio de Andrade e Silva, ressaltou que já enfrentou problemas semelhantes no estado de Minas Gerais. Enfatizou que este tipo de problema se resolve com edição de lei dentro do estado e se colocou à disposição para contribuir para ajudar na resolução dessa problemática da Floresta Amazônica.

O representante da SPA/MAPA, Sr. João Salomão, ressaltou que é importante discutir essa questão de plantio com maior frequência na câmara e ressaltar a importância de explorar as questões de mercado em florestas plantadas.

A representante da CNA e coordenador do GT Agenda Estratégica, Camila Braga, ressaltou que o tema florestas nativas está contemplado na Agenda Estratégica da Câmara.

Sugestões apresentadas para próximas reuniões:

O representante da SAE/PR, Sr. Fernando Castanheira, solicitou que se convide o MDIC para fazer parte da composição da Câmara Setorial, tendo em vista àquele Ministério estar trabalhando com projetos na área de Siderurgia. Sugerir, também, que o andamento do referido trabalho seja apresentado na Câmara.

O representante da SPA/MAPA, Sr. João Salomão, na mesma linha do pleito anterior, sugeriu convidar representantes de setores diversos para fazer apresentação na câmara, citando como exemplo: celulose, carvão, ferro guso.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

O representante da REFLORE/MS, Moacyr Reis, anunciou e convidou a todos para o Congresso sobre competitividade do setor, que será realizado naquele estado, nos dias 13, 14 e 15 de abril de 2015. Houve sugestão no sentido de estudar possibilidade de fazer reunião da câmara lá.

Encerramento: não havendo mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada, pelo Presidente Luiz Calvo Ramires, às dezesseis horas de quarenta minutos e, eu Mayra Figueiredo Marques, lavrei a presente ata.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------